



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

INSTRUÇÕES:

1. Preencher e acessar ícone IMPRIMIR para conversão em PDF.
2. Os documentos de habilitação devem vir separados por empresa e com esta lista de verificação como FOLHA DE ROSTO
3. Usar o “pdf Tools” ou outro editor para juntar os documentos de habilitação por empresa, em vez de os documentos virem um a um no SEI, formando-se um único arquivo por empresa.
4. Ver o checklist de arrumação do processo (Pasta Pública dos Pregoeiros e Repositório Digital)

LISTA DE VERIFICAÇÃO – PREGÃO
(Instrução processual - fase de habilitação)

FORNECEDOR:	COODERJ – COOPERATIVA DE TRABALHO DOS DOCENTES DO ESTADO RIO DE JANEIRO
CNPJ:	38.538.337/0001-20
CONTATO (telefone e e-mail):	Cooderj.comercial@gmail.com
ITEM (NS):	01

	SIM	NÃO	NA
1. Declarações Comprasnet			
1. Extrato de declarações do COMPRASNET	X		
2. Habilitação jurídica			
a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário			X
b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores	X		
c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício	X		
d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir: d.1) verificar condição do edital referente a outros documentos exigidos para o exercício da atividade licitada (ex.: alvará sanitário, licença ambiental etc) – especificar (incluir uma nova linha para cada exigência):			X



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	SIM	NÃO	NA
3. Regularidade Fiscal			
a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)	x		
b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)	x		
c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/2014	x		
d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Estaduais/Distritais, ou certidão que comprove a regularidade com o ICMS, emitida pelo órgão competente	x		
e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente.	x		
4. Regularidade Trabalhista			
a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	x		
5. Qualificação Econômico-Financeira			
a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante	x		
b) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei, nos termos do disposto no art. 1078 do Código Civil (conforme Acórdão TCU 1.999/2014)	x		
b.1) demonstrativos contábeis eventualmente exigidos – especificar (incluir uma nova linha para cada exigência)			x
6. Capacidade Técnica			
a) Um ou mais atestado de capacidade técnica-operacional em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual conste a elaboração de serviços compatíveis com as parcelas mais relevantes do objeto da licitação, observadas as quantidades mínimas exigidas no edital	x		
b) Outros documentos – especificar (incluir uma nova linha para cada exigência)			x
7. Consultas ao CNJ e CEIS (no nome da Pessoa Jurídica e Sócio Majoritário), Situação no SICAF e Nível 1 do SICAF (Cadastramento), Ocorrências e Participação Indireta			
a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php	x		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	SIM	NÃO	NA
b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc	x		
c) SITUAÇÃO NO SICAF E CADASTRO NÍVEL 1, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93 (participação, direta ou indireta, na licitação, de servidor ou dirigente do TRE-BA).	x		
d) Ocorrências Registradas e impedimentos indiretos (se houver ocorrência, juntar a consulta, mesmo que vencida ou que não impeça a participação na licitação). Informar no relatório final se há ocorrência apta ou não a afastar a licitante do certame.			x
e) Havendo impedimento indireto, juntar o cadastro nível 1 da empresa apenada, a fim de se verificar os indícios, quais sejam,: a data de abertura (se anterior ou posterior a data de abertura da empresa participante do certame), endereço, objeto social, e-mail e telefone (se são iguais ao da empresa participante do certame), bem como se o sócio é controlador ou gerente ou verificar a data que se desvinculou da empresa apenada, se for o caso. Informar a conclusão da análise no relatório final.			x



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 38.538.337/0001-20
Razão Social: COODERJ - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS DOCENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome Fantasia: COODERJ - COOPERATIVA DOS PROFESSORES
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 21/07/2022
Natureza Jurídica: COOPERATIVA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento (Possui Pendência)

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	23/01/2022
FGTS	Validade:	03/09/2021
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	23/01/2022

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	13/10/2021
Receita Municipal	Validade:	18/01/2022

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 17/08/2021 23:31

CPF: 977.437.477-00 Nome: MARCELO BRUM BRAGGIO

Ass: _____



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível I - Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 38.538.337/0001-20
Razão Social: COODERJ - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS DOCENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome Fantasia: COODERJ - COOPERATIVA DOS PROFESSORES
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 21/07/2022

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado - Possui pendência

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Demais
Inscrição Estadual: ISENTO Inscrição Municipal: 1.262.347-0
Natureza Jurídica: COOPERATIVA MEI: Não
Capital Social: R\$ 14.400,00 Data de Abertura da Empresa: 18/09/2020
CNAE Primário: 7830-2/00 - FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS
CNAE Secundário 1: 7020-4/00 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL,
CNAE Secundário 2: 8550-3/02 - ATIVIDADES DE APOIO À EDUCAÇÃO, EXCETO CAIXAS
CNAE Secundário 3: 8599-6/04 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E

Dados para Contato

CEP: 21.350-901
Endereço: AVENIDA MINISTRO EDGARD ROMERO, 00081 - SBL 233 - MADUREIRA
Município / UF: Rio de Janeiro / Rio de Janeiro
Telefone: (21) 41058481
E-mail: LBARROSCUNHA@GMAIL.COM

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 977.437.477-00
Nome: MARCELO BRUM BRAGGIO
Carteira de Identidade: 508582842 Órgão Expedidor: SSP-RJ
Data de Expedição: 24/04/2007 Data de Nascimento: 03/11/1969
E-mail: cooderj.comercial@gmail.com

Relatório Nível I - Credenciamento

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 596.798.677-49
Nome: FERNANDO ANTONIO DE SANTANA
Carteira de Identidade: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: 02/05/1958
Filiação Materna: LUCY MULATINHO DE SANTANA
Estado Civil:
CEP: 20.260-220
Endereço: RUA MAESTRO VILA LOBOS, 95 - 401 - TIJUCA
Município / UF: Rio de Janeiro / Rio de Janeiro
Telefone: (21) 88048737
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 376.519.947-87
Nome: RAIMUNDO ABEN ATHAR
Carteira de Identidade: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: 02/04/1955
Filiação Materna: YOLANDA CARDOSO ABEN ATHAR
Estado Civil:
CEP: 20.720-350
Endereço: RUA FABIO DA LUZ, 393 - BLOCO 2 AP 408 - MEIER
Município / UF: Rio de Janeiro / Rio de Janeiro
Telefone: (21) 99873218
E-mail:

Relatório Nível I - Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 3

CPF: 977.437.477-00
Nome: MARCELO BRUM BRAGGIO
Carteira de Identidade: 508582842 Órgão Expedidor: SSP-RJ
Data de Expedição: 24/04/2007 Data de Nascimento: 03/11/1969
Filiação Materna: EMILIA DA SILVEIRA BRUM
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF:

Nome:

Carteira de Identidade: Órgão Expedidor:

Data de Expedição:

CEP: 22.793-295
Endereço: RUA MALIBU, 260 - BL2 APTO 307 - BARRA DA TIJUCA
Município / UF: Rio de Janeiro / Rio de Janeiro
Telefone: (21) 98065400
E-mail: cooderj.comercial@gmail.com

Dirigentes

Dados do Dirigente 1

CPF: 977.437.477-00
Nome: MARCELO BRUM BRAGGIO
Carteira de Identidade: 508582842 Órgão Expedidor: SSP-RJ
Data de Expedição: 24/04/2007 Data de Nascimento: 03/11/1969
Filiação Materna: EMILIA DA SILVEIRA BRUM
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF:

Nome:

Carteira de Identidade: Órgão Expedidor:

Data de Expedição:

CEP: 22.793-295
Endereço: RUA MALIBU, 260 - BL2 APTO 307 - BARRA DA TIJUCA
Município / UF: Rio de Janeiro / Rio de Janeiro
Telefone: (21) 98065400
E-mail: cooderj.comercial@gmail.com

Linhas Fornecimento

Serviços

15440 - Consultoria e Assessoria - Curso Técnico

18481 - Consultoria e Assessoria - Educação

19321 - Curso / Treinamento Educação - Distância



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 38.538.337/0001-20 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/09/2020
NOME EMPRESARIAL COODERJ - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS DOCENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COODERJ - COOPERATIVA DOS PROFESSORES		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 214-3 - Cooperativa		
LOGRADOURO AV MINISTRO EDGARD ROMERO	NÚMERO 00081	COMPLEMENTO SBL 233
CEP 21.350-901	BAIRRO/DISTRITO MADUREIRA	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO
UF RJ	ENDEREÇO ELETRÔNICO LBARROSCUNHA@GMAIL.COM	
TELEFONE (21) 4105-8481		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/09/2020	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/07/2021** às **22:34:17** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ESTATUTO DA COOPERATIVA DE TRABALHO DOS DOCENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA DE AÇÃO, PRAZO, ANO SOCIAL

Artigo 1º- A Cooperativa de Trabalho dos Docentes do Estado do Rio de Janeiro, ou simplesmente COODERJ, constituída em 30 de julho de dois mil e vinte, é uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, conforme artigo 11 da Lei 5.764/71, entidade sem fins lucrativos, rege-se pelo presente Estatuto e pelas disposições legais em vigor, tendo:

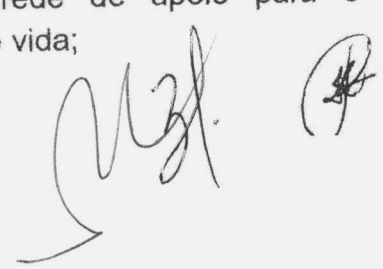
- a) A sua sede administrativa, situada na Avenida Min. Edgard Romero, 81, loja 233, bairro de Madureira, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.350-301. E, foro jurídico na mesma Comarca.
- b) A área de ação da COODERJ abrange o Estado do Rio de Janeiro e, para efeito de seus objetivos estatutários, o território nacional.
- c) O prazo de duração indeterminado e ano social, coincide com o ano civil, compreendido no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES DA COODERJ

Artigo 2º - A COODERJ tem as seguintes finalidades:

- I. Promover o desenvolvimento da educação formal e empresarial por meio de atividades de ensino, consultoria e assessoria pelos seus cooperados;
- II. Facilitar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho dos seus cooperados por intermédio de parcerias e convênios com empresas e organizações mantenedoras da educação;
- III. Fomentar e realizar atividades que divulguem e difundam o patrimônio intelectual dos seus cooperados com finalidade de gerar bens e serviços à sociedade;
- IV. Contribuir para os processos de produção, comercialização e divulgação das atividades colaborativas com cooperados;
- V. Colaborar com os cooperados, constituindo uma rede de apoio para o desenvolvimento do seu trabalho, bem-estar e qualidade de vida;

A large, stylized handwritten signature in black ink is written over the bottom right portion of the document. To the right of the signature is a circular stamp, partially visible, which appears to contain some text or a logo, though it is not clearly legible.

- VI. Oferecer serviços de assessoria comercial, editorial e jurídica aos cooperados;
- VII. Organizar as tarefas de modo a bem aproveitar a capacidade dos cooperados, distribuindo-os conforme suas aptidões e interesses coletivos;
- VIII. Realizar, em benefício dos cooperados interessados, plano de assistência médica, seguro de vida coletivo e de acidentes de trabalho;

Parágrafo único - A COODERJ poderá celebrar acordos, contratos e convênios com entidades públicas e privadas, para a realização de suas finalidades estatutárias.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS DA COODERJ

Artigo 3º - Constituem objetivos da COODERJ:

I. Promover o desenvolvimento progressivo de atividades educacionais e ensino de interesse da sociedade, nas modalidades, presencial, EAD e/ou online (de forma remota), ou ainda, quaisquer outras modalidades;

II. Assistir, por intermédio da atividade docente dos seus cooperados, as demandas educacionais das organizações mantenedoras da educação pública e privada, nos segmentos: ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico e ensino superior, na modalidade presencial ou em quaisquer outras modalidades;

III. Qualificar, docentes e demais profissionais da educação, em convênios e/ou parcerias com organizações mantenedoras da educação pública e privada, em treinamentos específicos, desenvolvidos por seus cooperados, na modalidade online;

IV. Atender, por intermédio da atividade docente dos seus cooperados, as demandas educacionais de empresas e organizações mantenedoras da educação pública e privada para formação dos seus estudantes em cursos de capacitação, aperfeiçoamento e atualização profissional de trabalhadores em todos os níveis de escolaridade na modalidade online ou em quaisquer modalidades.

V. Apoiar, por intermédio da atividade docente dos seus cooperados, as demandas educacionais das organizações mantenedoras da educação pública e privada para formação dos seus estudantes em cursos de pós-graduação na modalidade presencial, online e/ou EAD;

VI. Promover o desenvolvimento e a difusão da pesquisa científica, educacional e cultural, através de publicação em multimeios, palestras, workshops e atividades afins;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

VII. Organizar a produção intelectual dos seus cooperados por meio de uma editora, preservando os direitos autorais e formalizando a participação dos mesmos nos lucros das vendas;

VIII. Manter absoluta neutralidade política e não fazer qualquer discriminação de raça, sexo, religião e nacionalidade;

IX. Disponibilizar cursos de capacitação cooperativista e profissional para o seu quadro social.

Parágrafo único - A COODERJ poderá celebrar acordos, contratos e convênios com entidades públicas e privadas, para a realização de seus objetivos estatutários.

CAPÍTULO IV

DOS COOPERADOS

Artigo 4º - Pode associar-se e permanecer na Cooperativa, toda pessoa física que, sem impedimentos legais ou estatutários concorde com as disposições deste Estatuto, observando-se:

I. Interesse nos serviços prestados pela COODERJ;

II. Pelo menos uma das seguintes titulações, em conjunto, ou individualmente:

- a) Doutor
- b) Mestre
- c) Bacharel com especialização, inclusive MBA(s), com, no mínimo, três anos de experiência docente em nível superior;
- d) Tecnólogo, com especialização, inclusive MBA(s), com, no mínimo, três anos de experiência docente em nível superior.
- e) Licenciatura com experiência mínima de cinco anos.

III. Contribuição e disponibilidade para a realização de atividades que promovam a divulgação e o desenvolvimento do cooperativismo;

IV. Desacordo com práticas e atos prejudiciais ou que colidam com os interesses e objetivos da sociedade cooperativa.

Parágrafo único - Os cooperados serão em número ilimitado, não podendo ser inferior em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, conforme Lei 12.690/12.

Handwritten signature and a circular stamp.

Artigo 5º - Para associar-se, é necessário que o interessado atenda aos pressupostos estatutários, solicite sua inscrição, preencha e assine a respectiva proposta fornecida pela Cooperativa.

I. Aprovada a proposta pelo Conselho Administrativo, o interessado subscreverá e integralizará, no mínimo, uma cota-parte do capital nos termos e condições previstos neste Estatuto, assinará o termo de inscrição no Livro de Matrícula e receberá um exemplar do estatuto social;

II. O associado cooperado poderá integralizar as quotas-partes subscritas à vista ou em até 3 (três) parcelas mensais sucessivas, que deverão ser reajustadas pelo índice geral de preços do mercado: IGP-M da FGV, sendo a primeira no ato da inscrição do cooperado.

Artigo 6º - Inscrito no Livro de Matrícula, o associado cooperado adquire os direitos e obrigações decorrentes da Lei, deste Estatuto e das deliberações tomadas pela Cooperativa em Assembleia Geral.

SEÇÃO I - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Artigo 7º - São direitos dos cooperados:

I. Requerer matrícula para si, seus dependentes, cônjuges ou companheiras (os) e beneficiários que indicar, segundo disposto no Artigo 2º, inciso VIII;

II. Participar das deliberações das Assembleias Gerais, intervir na matéria, em debate, ressalvados os casos previstos no artigo 40;

III. Propor à Diretoria Executiva, aos Conselhos Administrativo e Fiscal, ou às Assembleias Gerais, medidas de interesse da Cooperativa;

IV. Votar e ser votado para membro dos Conselhos da COODERJ, salvo o disposto no Artigo 34;

V. Solicitar seu desligamento da COODERJ, quando lhe convier;

VI. Solicitar, por escrito, quaisquer informações sobre os negócios da Cooperativa e, com antecedência de 60 (sessenta) dias da data de realização da Assembleia Geral Ordinária e, consultar de forma remota e digital, os livros e peças do Balanço Geral.

§ 1º. - Quanto as condições de trabalho, serão garantidos aos cooperados os seguintes direitos:

A large, stylized handwritten signature in black ink is written over the bottom right portion of the text. To the right of the signature is a small, circular official stamp, partially obscured by the ink.

- a) retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas;
- b) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários;
- c) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- d) repouso anual remunerado;
- e) retirada para o trabalho noturno superior à do diurno;
- f) adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas e
- g) seguro de acidente de trabalho.

§ 2º. - Nos acordos, contratos e convênios com entidades públicas e privadas, supracitados no parágrafo único do Artigo 3º, serão garantidos por parte do contratante dos serviços prestados pela COODERJ, os direitos implicados no § 1º do Artigo 7º.

Artigo 8º - São obrigações dos cooperados:

I. Subscrever e integralizar as cotas-partes do capital nos termos deste Estatuto e contribuir com as taxas de serviços e encargos operacionais que forem propostas pelo Diretor Financeiro e aprovadas pelo Conselho Administrativo;

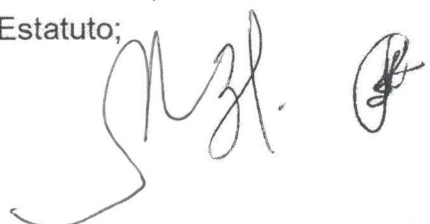
II. Cumprir as disposições da lei vigente, do Estatuto, do Regimento Interno e respeitar as deliberações tomadas pelas Assembleias Gerais, pelos Conselhos e pela Diretoria Executiva;

III. Assegurar pontualmente seus compromissos para com a Cooperativa, participar ativamente das atividades cooperativistas, comparecer às reuniões técnicas e/ou administrativas, quando convocado;

IV. Acatar com o que lhe couber, na conformidade das disposições deste Estatuto, para a cobertura das despesas da sociedade;

V. Prestar à Cooperativa todas as informações solicitadas referentes ao processo associativo;

VI. Denunciar ao Conselho Administrativo e/ou Conselho Fiscal, a existência de qualquer irregularidade que atenta contra a Lei ou a este Estatuto;

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page.

VII. Contribuir para o aperfeiçoamento da Cooperativa, na observância de seus objetivos e zelar pelo bom nome e patrimônio da COODERJ;

Artigo 9º - O cooperado responde subsidiariamente pelos compromissos da COODERJ, até o valor do capital por ele subscrito.

Artigo 10º - A responsabilidade dos cooperados pelos compromissos da Cooperativa, perante terceiros, perdura para os demitidos, eliminados ou excluídos, até quando aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento. Contudo, só poderá ser invocada depois de judicialmente exigida da Cooperativa.

Artigo 11 - As obrigações dos cooperados falecidos, contraídas com a Cooperativa e as oriundas de sua responsabilidade como cooperado em face de terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo após um ano contado do dia da abertura da sucessão.

Artigo 12 - Na hipótese de morte de qualquer cooperado, os herdeiros têm direito ao capital realizado e demais créditos a ele pertencentes, assegurando-lhes o direito de ingresso na Cooperativa, desde que preencham as condições estabelecidas neste Estatuto, segundo inciso II do Artigo 4º.

SEÇÃO II - DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Artigo 13 - A demissão do cooperado dar-se-á a pedido formal ao Diretor Presidente do Conselho Administrativo, não podendo ser negada, sendo por este submetido ao Conselho em sua primeira reunião, será averbada no Livro de Matrícula, mediante termo assinado pelo Diretor Executivo.

Artigo 14 - A eliminação do cooperado, que será realizada em virtude de infração de lei ou deste Estatuto, será feita por decisão do Conselho Administrativo, depois de reiterada notificação ao cooperado infrator, devendo os motivos que a determinaram constar do termo lavrado no livro de matrícula e assinado pelo Presidente do Conselho Administrativo.

§ 1º. - O Conselho Administrativo poderá eliminar o cooperado que:

- a) manter qualquer atividade que conflite com as finalidades e objetivos da COODERJ;
- b) deixar de cumprir as obrigações por ele contraídas na Cooperativa;
- c) deixar de realizar, com a Cooperativa, as operações que constituem seu objeto social;
- d) exercer qualquer atividade considerada prejudicial aos interesses da Cooperativa ou que colida com seus objetivos;



e) denegrir a imagem, os objetivos e os cooperados da COODERJ;

f) depois de notificado, voltar a infringir disposições de lei, deste Estatuto, do Regimento Interno e das Resoluções e Deliberações regularmente tomadas pela COODERJ.

§ 2º. - Será expedida uma cópia autêntica da decisão ao cooperado, por protocolo, comprovando as datas de remessa e recebimento.

§ 3º. - O atingido poderá, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação, interpor defesa, acompanhada de documentos comprobatórios, permanecendo afastado das suas atividades até a decisão da Assembleia Geral.

Artigo 15 - São motivos de exclusão do cooperado:

I. A dissolução da pessoa jurídica;

II. A morte da pessoa física;

III. A incapacidade civil não suprida;

IV. Por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na COODERJ.

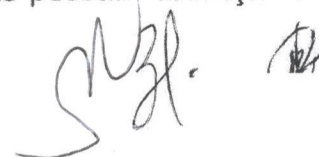
Artigo 16 - Ao cooperado incurso nas formas de desligamento, na Seção II, é assegurado o direito à restituição da cota-parte e das sobras líquidas a que faz jus como cooperado. Estas deverão ser atualizadas pelo índice geral de preços do mercado (IGP-M), desde a data da efetiva integralização e do direito adquirido àquelas sobras líquidas.

§ 1º - A restituição de que trata este artigo poderá ser exigida depois de aprovada, pela Assembleia Geral, o Balanço Patrimonial do exercício em que tenha ocorrido o desligamento, ressalvada à Cooperativa a retenção de valores correspondentes a débitos remanescentes.

§ 2º - A Diretoria Executiva poderá determinar que a restituição da cota-parte seja feita em parcelas iguais e mensais, a partir do exercício financeiro que se seguir aquele de acordo com o desligamento.

§ 3º - O cooperado inativo terá 12 meses após o desligamento para pedir a restituição do valor da sua cota-parte. Caso isso não ocorra, este será designado ao Fundo de Reserva Legal (FRL).

Artigo 17 - Ocorrendo desligamento por demissões, eliminações ou exclusões de cooperados em número tal que as restituições das importâncias possam ameaçar a

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

estabilidade econômico-financeira da COODERJ, a Assembleia Geral poderá deliberar que a restituição seja feita mediante critérios que resguardecam a sua continuidade.

Artigo 18 - As responsabilidades do cooperado perduram, para os demitidos, eliminados ou excluídos, até que sejam aprovadas, pela Assembleia Geral, as contas do exercício em que o cooperado deixou de fazer parte da COODERJ.

CAPÍTULO V

DO CAPITAL SOCIAL

Artigo 19 - O capital social é constituído da soma das quotas-partes subscritas e integralizadas pelos cooperados, ilimitado quanto ao máximo e variável de acordo com número de sócios e quantidade, conforme inciso II do Artigo 4º da Lei 5764/71, sendo o valor unitário de cada quota-parte correspondente a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

Parágrafo único - O capital social mínimo, correspondente ao número legal mínimo de cooperados, é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Artigo 20 - Cada cooperado subscreverá e integralizará uma cota-parte para estar apto a cumprir com os objetivos no Artigo 3º deste Estatuto.

§ 1º - As quotas-partes adquiridas da Cooperativa são intransferíveis a terceiros estranhos à sociedade.

§ 2º - O valor correspondente às quotas-partes poderá ser pago em até 03 (três) parcelas mensais e consecutivas, a critério do Conselho Administrativo, conforme conveniência da COODERJ.

§ 3º - As subscrições e restituições de quotas-partes serão averbadas no livro de matrícula.

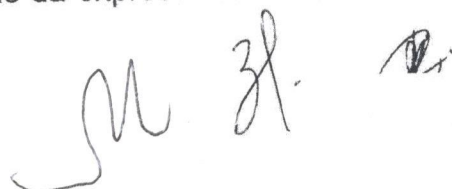
§ 4º - A Cooperativa não distribuirá juros sobre o capital integralizado.

§ 5º - Se houver sobras líquidas no período, estas serão transferidas para o exercício seguinte, conforme Artigo 53 deste Estatuto.

§ 6º - Nenhum cooperado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-partes, conforme previsto no inciso III do Artigo 4 da Lei 5764/71.

Artigo 21 - O capital social poderá ser aumentado:

I. Por deliberação de Assembleia Geral para atualização da expressão monetária de seu valor;



II. Por deliberação do Conselho Administrativo, com aumento do valor nominal da cota-parte, independentemente de chamada.

§ 1º - O Conselho Fiscal deverá obrigatoriamente ser consultado antes da deliberação sobre aumento do capital social;

§ 2º - O aumento do capital da cooperativa poderá ocorrer com outros bens, não somente numerário em espécie, tangíveis ou intangíveis, previamente avaliados, após homologação em Assembleia Geral.

§ 3º - Nos ajustes periódicos de contas com os cooperados, a Cooperativa pode incluir parcelas destinadas à integralização de quotas-parte do capital.

CAPÍTULO VI

DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

SEÇÃO I - DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 22 - A Assembleia Geral é o órgão supremo da COODERJ, nos limites da Lei e deste Estatuto, com poderes para decidir sobre os interesses relativos ao objeto da Cooperativa e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Artigo 23 - A Assembleia Geral será convocada por deliberação do Conselho Administrativo e dirigida pelo Presidente deste ou:

Parágrafo único - Poderá ser também convocada pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves e urgentes ou, ainda, após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos cooperados em pleno gozo de seus direitos sociais.

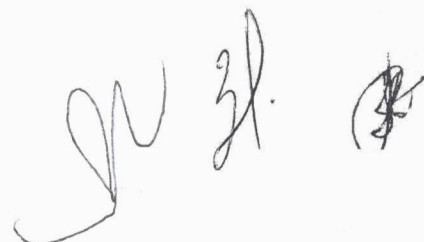
Artigo 24 - A convocação de Assembleia Geral será feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias, por meio do endereço eletrônico fornecido pelo cooperado, disponibilizado na sede no sítio eletrônico da COODERJ e/ou jornal de circulação local.

Artigo 25 - Dos editais de convocação das Assembleias Gerais, deverão constar:

I. A denominação da Cooperativa, seguida da expressão "Convocação da Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária", conforme o caso;

II. A data, hora e endereço do local de sua realização, quando não for o da Sede Social;

III. A sequência ordinal das convocações;



IV. A ordem do dia, com as devidas especificações;

V. A assinatura do responsável pela convocação.

Artigo 26 - O *quorum*, para instalação da Assembleia Geral, é o seguinte:

I. Em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados;

II. Em segunda convocação, com a presença de metade mais 1 (um) dos cooperados;

III. Em terceira convocação, com a presença de metade, ou mínimo de 20% do total de cooperados, prevalecendo o menor número sendo exigida, no mínimo, 4 (quatro) cooperados, conforme Lei 12.690/12, Art. 11.

Parágrafo único - A verificação do *quorum* de instalação da Assembleia Geral, em cada convocação, far-se-á por assinaturas, apostas no Livro de Presença de Cooperados, seguidas dos respectivos números de matrícula.

Artigo 27 - Os trabalhos das Assembleias Gerais serão dirigidos por mesa composta de Presidente e Secretário, facultado àquele convidar a tomar assento na mesma os ocupantes de cargos sociais presentes.

Parágrafo único - Na ausência do Secretário da Cooperativa, o presidente convidará outro cooperado para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva ata.

Artigo 28 - As ocorrências das Assembleias Gerais deverão constar de Ata circunstanciada, lavradas em livro próprio, aprovadas na assembleia subsequente pelos membros do Conselho Administrativo, do Conselho Fiscal e demais presentes.

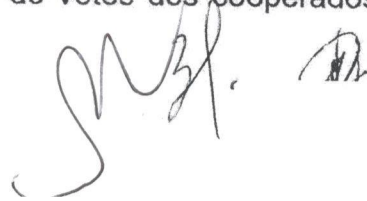
Artigo 29 - Nas Assembleias Gerais, convocadas para Prestação de Contas e apresentação do Balanço Patrimonial, o Presidente da mesa, após a leitura do Relatório do Conselho Administrativo, das peças contábeis e do Parecer do Conselho Fiscal, submeterá ao Plenário a votação da matéria.

Artigo 30 - A Assembleia Geral convocada na forma do Artigo 23 e seu parágrafo, será dirigida pelo Diretor Executivo.

Artigo 31 - A votação será mediante o voto aberto.

Parágrafo único - É reservado o direito ao cooperado de voto secreto em casos previstos no § 3º do Artigo 16.

Artigo 32 - As deliberações das Assembleias Gerais, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 48, serão tomadas por maioria de votos dos cooperados

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

presentes, com direito de votar, tendo cada cooperado, direito a 1 (um) só voto, qualquer que seja o número de suas cotas-partes.

Artigo 33 - Não poderá votar e nem ser votado na Assembleia Geral o cooperado que tenha sido admitido após a convocação desta.

Artigo 34 - Prescreve em 4 (quatro) anos a ação para anular as deliberações da Assembleia Geral, viciadas em erro, dolo, fraude, simulação ou tomadas com violação da Lei ou deste Estatuto, contado o prazo da data em que a mesma fora realizada.

SEÇÃO II – DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Artigo 35 – A Assembleia Geral Ordinária deverá ser convocada anualmente e ocorrer até 31 de março do exercício social subsequente, ao exercício social objeto da convocação. E, deliberará sobre as seguintes matérias, que deverão constar da Ordem do Dia:

I. Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal;

II. Relatório da Gestão;

III. Balanço Patrimonial apurado nos termos das Normas Brasileiras de Contabilidade NBC - ITG 2004/2017 e respectivas atualizações:

a) Demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Sociedade;

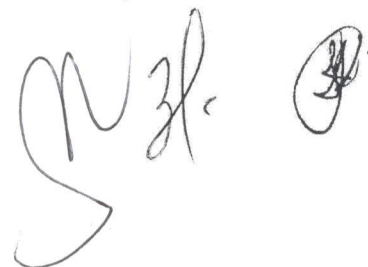
b) Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da COODERJ, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios;

IV. Eleição e destituição dos componentes do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal, quando for o caso;

V. Fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros dos Órgãos Sociais;

VI. Qualquer matéria de interesse social, excluído o enumerado no Artigo 37 deste Estatuto;

VII. Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não poderão participar da votação das matérias referidas nos itens I a IV deste artigo;

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'S. Z.' followed by a circular stamp or mark.

VIII. A aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de administração desonera seus componentes de responsabilidade, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como de infração da Lei e deste Estatuto.

IX. Ocorrendo destituição, que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da entidade, poderá a Assembleia Geral designar administradores e conselheiros provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição, se efetuará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único – A COODERJ realizará a Assembleia Geral Especial, todo segundo semestre do ano, nos termos do art. 11 da Lei n 12.690/2012.

SEÇÃO III - DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Artigo 36 - A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer matéria de interesse da Cooperativa, inclusive a destituição dos componentes dos Órgãos Sociais, desde que mencionado no Edital de Convocação.

Artigo 37 - É da competência privativa da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre:

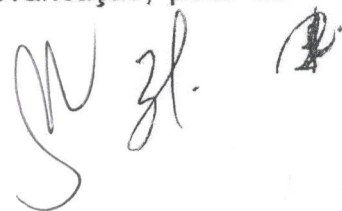
- I. Mudança de objetivo da Cooperativa;
- II. Reforma deste Estatuto;
- III. Dissolução voluntária da Cooperativa e nomeação de liquidantes;
- IV. Fusão, incorporação ou desmembramento;
- V. Contas do liquidante;
- VI. E demais assuntos que necessitarem de convocação extraordinária.

Parágrafo Único - São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

SEÇÃO IV - DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Artigo 38 - O Conselho Administrativo é o órgão gestor da COODERJ, composto por 4 (quatro) membros, todos cooperados eleitos na Assembleia Geral, para um mandato de 4 (quatro) anos.

I. São inelegíveis para os cargos de administração da COODERJ: pessoas impedidas por lei ou condenadas, por crime falimentar de prevaricação, peita ou

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargo público;

II. São ainda inelegíveis, para os cargos de Administração, simultaneamente, o cooperado e o cônjuge ou companheira (o), os parentes entre si até segundo grau, em linha reta ou colateral e, empregados da cooperativa;

III. Os administradores não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da COODERJ, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se agirem com culpa ou dolo;

IV. A Cooperativa responderá pelos atos a que se refere o inciso anterior, se houver ratificado ou deles logrado proveito;

V. Os membros do Conselho Administrativo eleitos em Assembleia terão suas atribuições definidas neste Estatuto.

Artigo 39 - O Conselho Administrativo rege-se pelas seguintes normas:

I. Reúne-se, obrigatoriamente, uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente do Conselho Administrativo, podendo a reunião ser por videoconferência gravada;

II. Delibera validamente com a presença da maioria dos votos presentes, reservado ao Presidente o exercício de voto de desempate;


III. As deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas, lavradas no livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas de forma presencial ou por certificação digital, ao final dos trabalhos, pelos membros do Conselho presentes;

IV. Nos impedimentos por prazo inferiores a 90 (noventa) dias, o Diretor Executivo será substituído pelo Diretor Financeiro ou Diretor Técnico;

V. Se ficarem vagos, por qualquer tempo mais da metade dos cargos do Conselho, deverá o Presidente, ou membros restantes, convocar a Assembleia Geral para o devido preenchimento;

VI. Os escolhidos exercerão o mandato pelo prazo que resta aos seus antecessores;

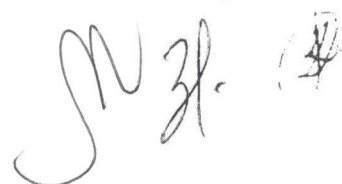
VII. Perderá automaticamente o cargo o membro do Conselho que, sem justificativa, faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) intercaladas anuais, sejam ordinárias ou extraordinárias, desde que não justificadas por motivos de força maior.

A handwritten signature in dark ink, followed by a circular stamp containing a stylized logo or monogram.

Artigo 40 - Compete ao Conselho Administrativo, dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, atendidas as decisões ou recomendações da Assembleia Geral, planejar, traçar normas para operações e serviços da COODERJ e gerir os processos.

I. No desempenho das suas funções, cabe-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Estabelecer, em instruções e regulamentos, sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra disposição da Lei deste Estatuto ou das regras de relacionamento com a COODERJ que venham a ser expedidas das Assembleias Gerais;
- b) Determinar a taxa destinada a cobrir despesas dos serviços da Cooperativa;
- c) Avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- d) Estimar previamente a rentabilidade das operações e serviços, bem como sua viabilidade;
- e) Fixar as despesas de administração, em orçamento anual, que indique a fonte dos recursos para a sua cobertura;
- f) Contratar empregados e fixar normas de administração de pessoal;
- g) Contratar, quando se fizer necessário, um serviço independente de auditoria;
- h) Estabelecer as normas de controle das operações e serviços, verificando, mensalmente, no mínimo, o estado econômico-financeiro da COODERJ e o desenvolvimento das operações e atividades em geral, através de balancetes da contabilidade e demonstrativos específicos;
- i) Deliberar sobre a admissão, eliminação e exclusão dos cooperados;
- j) Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;
- k) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da COODERJ com expressa autorização da Assembleia Geral;
- l) Contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;
- m) Zelar pelo cumprimento das Leis do Cooperativismo e outras aplicáveis;
- n) Elaborar o Regulamento de Eleições, Regimento Interno da COODERJ, bem como o atendimento da legislação trabalhista e fiscal;



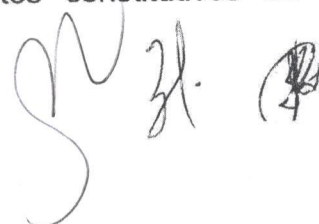
o) As normas estabelecidas pelo Conselho Administrativo advindas do Regimento Interno da COODERJ poderão ser acrescidas de Resoluções que se fizerem necessárias.

Artigo 41 - Ao Diretor Executivo do Conselho Administrativo cabem as seguintes atribuições:

- I. Supervisionar as rotinas administrativas e de pessoal, serviços internos, comunicações, processamento de dados, e de utilização de recursos materiais da COODERJ;
- II. Verificar frequentemente o saldo de caixa;
- III. Assinar os cheques juntamente com o Diretor Financeiro;
- IV. Assinar contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;
- V. Convocar e presidir as Reuniões do Conselho Administrativo, bem como as Assembleias Gerais da COODERJ;
- VI. Coordenar a elaboração do plano anual de atividades da COODERJ;
- VII. Apresentar à Assembleia Geral Ordinária:
 - a) relatório da gestão;
 - b) balanço;
 - c) demonstrativo das sobras ou das perdas e parecer do Conselho Fiscal.
- VIII. Representar ativa e passivamente a COODERJ, em juízo ou fora dele.

Artigo 42 - Ao Diretor Financeiro cabem as seguintes atribuições:

- I. Supervisionar as atividades financeiras da COODERJ, através de contatos assíduos com o (s) responsável(eis) pela execução das tarefas que envolvam entradas e saídas de numerário, crédito e cobrança, empréstimo e financiamento;
- II. Providenciar o montante de recursos financeiros e outros meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- III. Promover o planejamento financeiro da Cooperativa de acordo com as atividades propostas pelos demais segmentos operacionais da COODERJ;
- IV. Assinar, juntamente com o Diretor Executivo ou com outro membro designado pelo Conselho Administrativo, cheques e demais documentos constitutivos de obrigações;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

V. Elaborar a escrituração do movimento financeiro da Cooperativa;

VI. Verificar frequentemente os saldos em caixa e bancos, e uma vez por mês, ou em menor periodicidade, efetuar conferência dos boletins e documentação escriturada, extratos bancários e registros contábeis;

VII. Definir, em conjunto com o Contador, as rotinas contábeis, zelando para que a escrituração se mantenha atualizada e regularmente promovida.

Artigo 43 - Ao Diretor Técnico cabem as seguintes atribuições:

I. Supervisionar as atividades de desenvolvimento da educação formal e empresarial firmadas em parcerias e convênios com a COODERJ para ensino, consultoria e assessoria pelos seus cooperados;

II. Acompanhar o processo da avaliação de desempenho e performance de cada cooperado, quando da prestação das atividades com organizações conveniadas e/ou parceiras, zelando pela qualificação profissional nas atividades;

III. Propor e supervisionar programa de capacitação e aperfeiçoamento dos cooperados em inovações nas atividades educacionais para que alcancem com êxito a performance;

IV. Supervisionar as atividades de promoção, desenvolvimento e difusão da pesquisa científica, educacional e cultural, através de publicação em multimeios, palestras, workshops e atividades afins;

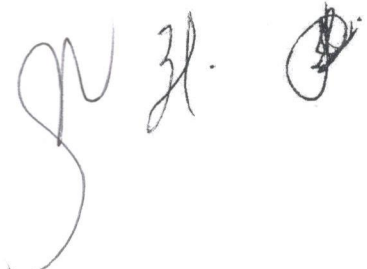
V. Conhecer, analisar e opinar sobre os termos dos convênios e/ou parcerias a serem celebrados pela COODERJ;

VI. Emitir parecer sobre movimentação e afastamento dos cooperados, por conveniência técnica ou administrativa, observadas a legislação e normas existentes, bem como análise de avaliação e desempenho no caso de afastamento por conveniência das atividades técnicas e/ou educacionais;

VII. Substituir o Secretário nos seus impedimentos por prazos inferiores a 90 (noventa) dias.

Artigo 44 - Ao Secretário cabe as seguintes atribuições:

I. Secretariar e lavrar as atas das reuniões do Conselho Administrativo e das Assembleias Gerais, responsabilizando-se pelos livros, documentos e arquivos referentes;

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'J. H.' followed by a circular stamp or mark.

II. Assinar, em conjunto com o Diretor Executivo, as atas de Assembleias Gerais e demais documentos constitutivos de obrigações, se for indicado pelo Conselho Administrativo;

III. Supervisionar as condições de guarda e segurança do patrimônio da COODERJ, estabelecendo as diretrizes a serem seguidas, de forma a proteger os ativos;

IV. Colaborar com o Diretor Executivo na supervisão das rotinas administrativas e de pessoal, serviços internos, comunicações, processamento de dados, e de utilização de recursos materiais da Cooperativa;

V. Estimular e supervisionar as atividades de relações públicas e internas da COODERJ.

VI. Substituir o Diretor Técnico nos seus impedimentos por prazos inferiores a 90 (noventa) dias.

Artigo 45 - O cooperado não pode exercer cumulativamente cargos nos Conselhos Administrativo e Fiscal.

CAPÍTULO VII

DO CONSELHO FISCAL

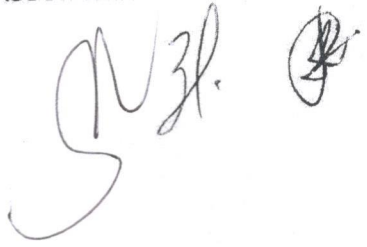
Artigo 46 - A administração da COODERJ será fiscalizada assídua e minuciosamente, por seu Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos cooperados, eleitos trienalmente pela Assembleia Geral.

Parágrafo único - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, cônjuges e companheiros, parentes dos diretores até o segundo grau em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até este grau. O cooperado não pode exercer cumulativamente cargos nos Conselhos Administrativo e Fiscal.

Artigo 47 - O Conselho Fiscal reúne-se obrigatoriamente, em reunião, uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação de 3 (três) dos seus membros, podendo fazê-la por videoconferência gravada.

I. Em sua primeira reunião, escolherá o Presidente, incumbido de convocar as demais e dirigir os trabalhos destas, e um secretário;

II. As reuniões poderão ser convocadas, ainda, por qualquer um dos seus membros, por solicitação do Conselho Administrativo ou da Assembleia Geral;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

III. Na ausência do Presidente, os trabalhos serão dirigidos por substitutos escolhidos na ocasião;

IV. As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de Ata, lavrada no livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos, em cada reunião, pelos 3 (três) conselheiros fiscais presentes.

Artigo 48 - Ocorrendo uma ou mais vagas no Conselho Fiscal, os respectivos suplentes farão o devido preenchimento e completarão os mandatos dos substituídos.

Artigo 49 - Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da COODERJ, cabendo-lhe as seguintes atribuições:

I. Conferir, mensalmente, o saldo do numerário existente em Caixa, verificando, também, se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho Administrativo;

II. Verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da COODERJ;

III. Examinar se os montantes das despesas e inversões realizadas estão em conformidade com os planos e decisões do Conselho Administrativo;

IV. Verificar se as operações realizadas e serviços prestados correspondem às conveniências econômico-financeiras da COODERJ;

V. Certificar-se quanto à regularidade das reuniões do Conselho Administrativo e existência de cargos vagos na sua composição;

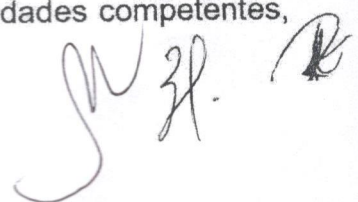
VI. Averiguar se existem reclamações dos cooperados quanto aos serviços prestados;

VII. Inteirar-se quanto à regularidade de recebimento dos créditos e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;

VIII. Certificar-se dos deveres e exigências a cumprir junto a autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas, bem como referente aos órgãos do cooperativismo e órgãos governamentais;

IX. Estudar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho Administrativo, emitindo parecer para a Assembleia Geral Ordinária;

X. Dar conhecimento ao Conselho Administrativo das conclusões dos seus trabalhos, denunciando a este, à Assembleia Geral ou às autoridades competentes,

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

as irregularidades constadas e convocar a Assembleia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes.

Parágrafo único - Para os exames e verificação dos livros, contas e documentos necessários ao cumprimento das suas atribuições, poderá o Conselho Fiscal solicitar ao Conselho Administrativo a contratação de assessoria técnica especializada e valer-se-á dos relatórios e informações dos serviços de auditoria externa, cabendo as despesas à COODERJ.

CAPÍTULO VIII

DOS FUNDOS, DO BALANÇO PATRIMONIAL, DAS DESPESAS, DAS RECEITAS, DAS SOBRAS E PERDAS

Artigo 50 - A COODERJ reserva-se a constituir os seguintes fundos: renováveis e indivisíveis, desde que haja sobras líquidas.

Artigo 51 - O Fundo de Reserva Legal (FRL), destinado a repor perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades será constituído de no mínimo 10 % (dez por cento) das sobras líquidas apuradas no Balanço do exercício. Além desta, reverter-se-ão em favor do Fundo de Reserva Legal:

I. Os créditos não reclamados, decorridos 5 (cinco) anos de sua constituição;

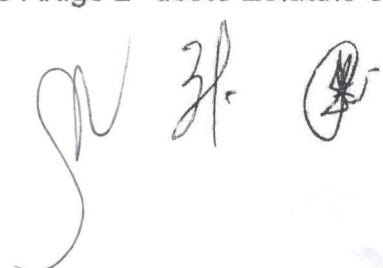
II. Os auxílios e doações sem destinação especial.

Artigo 52 - O Fundo de Assistência Técnica, Educacional, Cultural e Social (FATECS) destinado à prestação de assistência aos cooperados, seus dependentes e seus colaboradores, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício.

§ 1º - Ressalta-se que este fundo não poderá compor-se com valor inferior a 5% (cinco por cento) do repasse das sobras líquidas apuradas no final do exercício conforme determinado por lei.

§ 2º - Os serviços de Assistência Técnica, Educacional, Cultural e Social a serem atendidos pelo respectivo fundo poderão ser executados mediante convênios com entidades especializadas, oficiais ou não.

Artigo 53 - As sobras líquidas apuradas no exercício, depois de deduzidas as taxas para os fundos renováveis e indivisíveis, terão destino assegurado pela Assembleia Geral com objetivo de cumprir finalidades estabelecidas no Artigo 2º deste Estatuto e não contempladas nos supracitados fundos.



Artigo 54 - Os prejuízos de cada exercício, apurados em Balanço, serão cobertos com o saldo do Fundo de Reserva Legal.

Parágrafo único – Se o Fundo de Reserva Legal for insuficiente para cobrir os prejuízos, estes serão rateados entre os cooperados.

CAPÍTULO IX

DOS LIVROS

Artigo 55 - A COODERJ terá os seguintes livros:

- I. Matrícula;
- II. Atas das Assembleias Gerais;
- III. Atas do Conselho Administrativo;
- IV. Atas do Conselho Fiscal;
- V. Presença de Cooperados nas Assembleias Gerais;
- VI. Livros fiscais e contábeis obrigatórios.

Parágrafo único - É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas.

Artigo 56 - No livro de Matrícula os cooperados serão inscritos por ordem cronológica de admissão e dele deverá constar:

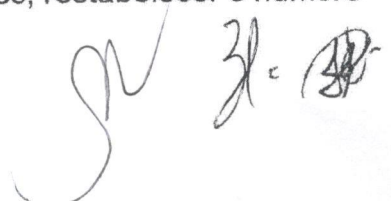
- a) O nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência do associado;
- b) A data de sua admissão e, quando for o caso, a de sua demissão a pedido, e ainda da sua eliminação ou exclusão;
- c) A conta corrente das suas cotas-partes do Capital Social.

CAPÍTULO X

DA DISSOLUÇÃO

Artigo 57 - A COODERJ se dissolverá de pleno direito:

- I. Quando houver alteração da sua forma jurídica;
- II. Quando o número de associados for menor do que os membros dos seus Conselhos, conforme previsto na Lei 12.690/12, salvo se a Assembleia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, restabelecer o número mínimo de associados;



III. Pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Artigo 58 - A COODERJ poderá se dissolver, voluntariamente, quando assim deliberar a Assembleia Geral, caso o número mínimo de 20 (vinte) cooperados se dispuser a assegurar a sua continuidade, quando assim dispor a Assembleia Geral.

Parágrafo único - Quando a dissolução da Cooperativa não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas nos artigos 57 e 58, a medida poderá ser tomada, judicialmente, por um cooperado em pleno gozo de seus direitos.

CAPÍTULO XI

DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 59 - Quando a dissolução for deliberada pela Assembleia Geral, esta nomeará um liquidante, ou mais, e um Conselho Fiscal de 3 (três) membros para proceder a liquidação.

Parágrafo único - A Assembleia Geral poderá, em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando os seus substitutos.

Artigo 60 - Em todos os atos e operações, os liquidantes deverão usar a denominação completa da Cooperativa: Cooperativa de Trabalho dos Docentes do Estado do Rio de Janeiro (COODERJ), seguida da expressão "em liquidação".

Artigo 61 - Os liquidantes, nos termos da legislação em vigor, terão os poderes normais de administração, podendo praticar atos e operações necessários à realização do ativo e liquidação do passivo.

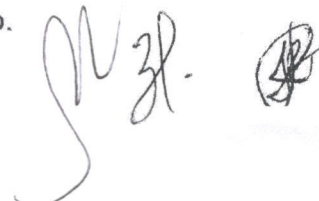
CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 62 - Os fundos a que se referem os Artigos 50, 51, 52 e 53 deste Estatuto, são indivisíveis entre os cooperados, ainda no caso de liquidação da COODERJ. Hipótese em que serão, juntamente com o remanescente, destinados à Instituição Financeira que, à época, estiver gerindo oficialmente os capitais das cooperativas, no país.

Artigo 63 - A COODERJ terá um Regimento Interno, em consonância com este Estatuto, legislação vigente e especificamente com as de cooperativa de trabalho, visando a normatização da dinâmica e organização para o bom funcionamento das suas atividades.

Artigo 64 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei e os princípios doutrinários, ouvidos os órgãos assistenciais do Cooperativismo.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Artigo 65 - O presente Estatuto passa a vigorar a partir da presente data.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2020.


MARCELO BRUM BRAGGIO
Diretor Executivo da COODERJ


ISABEL CRISTINA VIEIRA RODRIGUES
Secretária da COODERJ


SANDRO EGIDIO MACIEL DE ANDRADE
Advogado
OAB - 123537/RJ



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal de Fazenda



ALVARÁ DE LICENÇA PARA ESTABELECIMENTO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CNPJ / CPF	PROCESSO DE CONCESSÃO	ÚLTIMO PROCESSO DE DEFERIMENTO	IRLF/GRLF
1262347-0	38.538.337/0001-20	04/871.897/2020	04/871.897/2020	GRLF7 - Norte

CONCEDIDO A

COODERJ - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS DOCENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COODERJ - COOPERATIVA DOS PROFESSORES

PARA SE ESTABELECEER NO

Avenida Ministro Edgard Romero, 00081, SBL 233, Madureira

COM AS SEGUINTE ATIVIDADES DO CÓDIGO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (CAE)

2.58.17.2 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA
2.27.26.9 - TREINAMENTO DE PESSOAL
2.23.33.6 - Associação de Apoio à Escola
2.29.69.5 - PEDAGOGIA, SERVIÇOS DE
2.26.33.5 - ASSESSORIA A EMPRESAS

COM AS SEGUINTE RESTRIÇÕES

VEDADOS INCOMODOS E PREJUÍZOS A VIZINHANÇA
VEDADA A ARMAZENAGEM NO LOCAL
SIMPLES ESCRITÓRIO
VEDADA A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS NO LOCAL

OBSERVAÇÕES

A concessão deste Alvará não importa, entre outros, no reconhecimento de regularidade do estabelecimento quanto a quaisquer normas aplicáveis ao seu funcionamento, especialmente as de proteção da saúde, condições de edificação, instalação de máquinas e equipamentos, prevenção contra incêndios e exercício de profissões.

Códigos CNAE's: 7830-2/00, 8599-6/04, 8550-3/02, 8550-3/02, 7020-4/00

Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 2020

Deferido automaticamente conforme decreto 41827/2016

LICITACAO.

1º

Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO - RJ

Delegatário: Lélío Gabriel Heliodoro dos Santos

**CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS
O REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E
COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

A) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, INSOLVÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DISTRIBUIDAS A UMA DAS VARAS EMPRESARIAIS.

DESDE VINTE E CINCO DE JULHO DE DOIS MIL E UM ATÉ VINTE E CINCO DE JULH
O DE DOIS MIL E VINTE E UM(25/07/2001 ATÉ 25/07/2021), dele(s)*****

*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_NADA_CONSTA_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_

Relativamente ao nome de COODERJ - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS DOCENTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CNPJ: 38.538.337/0001-20*****
Rio de Janeiro, Capital em 29/07/2021. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido.
Emolumentos Tab.01. Ato 01: R\$ 43,70, Tab.04-Ato 08: R\$ 44,65, LEI 6.37
0 Art.2 §4: R\$ 0,89, FETJ: R\$ 17,67, FUNDPERJ: R\$ 4,41, FUNPERJ: R\$ 4,4
1, FUNARPEN: R\$ 3,53, ISS: R\$ 4,70. TOTAL: R\$ 123,96. EU, RICARDO DA CO
STA MEIRELES (Mat.94/1867), Oficial Substituto a assino digitalmente.

CERTIDÃO ESPECIAL - (ART.21, § 1º, IV CNCGJERJ)

ESTA CERTIDÃO REFERE-SE ÚNICA E
EXCLUSIVAMENTE AO ASSUNTO REQUERIDO.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
EDWR 55123 UFP
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

- A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Central Eletrônica de Registros Públicos - ANOREG RJ (<http://validador.e-cartoriorj.com.br>).
- A certidão eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.
- Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartoriorj, disponível na apple store ou Google Play.
- Provimento CGJ nº89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.



Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.

CERP: 938F1860-FE90-4C4A-9D75-EA9D1197C3C0

Página 1 de 1

Requerida em 28/07/2021

8227221/2021-1.00

Finalidade declarada FINS NEGOCIAIS / CONCORRÊNCIA

Modelo ESPECIAL folha 01

0903103475

3º Ofício do Registro de Distribuição da Capital

Av. Erasmo Braga, 227 - Grupo 201 - CEP: 20020-902

CERTIDÃO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO
DE FEITOS AJUIZADOS



CERP: aeb2bb59-f02d-44a1-9e92-d40a4bd25839

- A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Central Eletrônica de Registros Públicos ANOREG RJ (<http://validador.e-cartorio.com.br>)
- A certidão eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão
- Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartorioj, disponível na Apple Store ou no Google Play
- Provimento CGJ nº89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, AO VERIFICAR OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DE SEU OFÍCIO RELATIVOS A FEITOS EM ANDAMENTO NO PERÍODO REQUERIDO E NO QUE CONCERNE AOS ASSUNTOS ABAIXO DISCRIMINADOS, CERTIFICA E DÁ FÉ

- Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresarial;
- Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões;
- Ações distribuídas às Varas da Infância, da Juventude e do Idoso mencionadas nos parágrafos 1º e 3º do artigo 33 da Consolidação Normativa da CGJ, desde

VINTE E TRES DE JULHO DE DOIS MIL UM ate VINTE E TRES DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E UM (23/07/2001 ate 23/07/2021) deles **NADA CONSTA** contra o nome de: **COODERJ - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS DOCENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, qualificacao: CNPJ 38.538.337/0001-20 (conforme requerido)

Emitida em: 28/07/2021 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obrigatórios previstos na Lei 11.971/09: NÃO CONSTAM.

EMOLUMENTOS R\$ 88,35 (Tab1, Ato1 e Tab4, Ato8) + R\$ 0.89 (Lei 6.370/2012) + R\$ 17.67 (FETJ) + R\$ 4.41 (FUNPERJ) + R\$ 4.41 (FUNPERJ) + R\$ 3.53 (FUNARPEN) + R\$ 4.70 (LEI 7128/2015) valor total R\$ 123,96

"Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor."

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDWO19976 TSL
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Cert. Proc. p/ LUIZ/LUIZ

3º Ofício do Registro de Distribuição da Capital

Av. Erasmo Braga, 227 - Grupo 201 - CEP: 20020-902
CNPJ: 27.532.571/0001-23
Contatos: (21) 2262-9543 | E-mail: 3ord@3ord.com.br

DATA DA CERTIDÃO: 28/07/2021

RECIBO: 416870/2021

FUNCIONARIO: LUIZ

Nº SEDE: 0903103475 | 8227221/2021

Nº E-CARTORIO: 2021727947016

Valores detalhados do Ato

Nº ATO	SELO	SERVIÇO	EMOLUMENTOS	LEI 6.370/2012	FETJ	FUNDPERJ	FUNPERJ	FUNARPEN	LEI 7.128/2015
20217273015012	EDWO 019976 TSL	C	R\$ 88,35	R\$ 0,89	R\$ 17,67	R\$ 4,41	R\$ 4,41	R\$ 3,53	R\$ 4,70

Valor Certidão: R\$ 123,96



WORLD TECH
DISTRIBUIDORA

WorldTech Segurança e Informática EIRELI ME

CNPJ: 26.165.362.0001-26

Avenida Saquarema 3901- Porto da Roça- Saquarema-RJ

Tel: (22) 2651-9853/ (21)96485-4628/ (21) 96492-8570

WorldTech Segurança e Informática EIRELI ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.165.362/0001-26 , declara para fins e efeitos que se fizerem necessários, que a empresa **COODERJ - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS DOCENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.538.337/0001-20, prestou satisfatoriamente e com regularidade, o curso de **ASSERTIVIDADE COM CLIENTE/ ORATÓRIA-EAD** , promovendo várias ações, no período de 01/09/2020 A 14/10/2020 , conforme descrição e quantidades abaixo.

Especificação	Alunos	Carga horária
ASSERTIVIDADE COM CLIENTE/ ORATÓRIA- EAD	12 colaboradores terceirizados	24hrs

Atestamos ainda, que não constam em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem a conduta e responsabilidade da empresa contratada, quanto as obrigações assumidas.

SAQUAREMA, 10/08/2021

26.165.362/0001-26

**WORD TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA
E SEGURANÇA EIRELI - ME**

**TRAV. FRANCISCO SABINO, N. 02
PORTO DA ROÇA II (BACAXÁ) - CEP: 28.994-378
SAQUAREMA - RJ**

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

FERNANDO ANTONIO DE SANTANA – RKS Cursos, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.469.665/0001-11, declara para fins e efeitos que se fizerem necessários, que a empresa **COODERJ - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS DOCENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.538.337/0001-20, prestou satisfatoriamente e com regularidade, o curso de **ORATÓRIA/ASSERTIVIDADE NA CONDUÇÃO DE EQUIPES**, promovendo várias ações, no período de 01 de outubro de 2020 a 29 de Dezembro de 2020, conforme descrição e quantidades abaixo.

Especificação	Alunos	Carga horária
Oratória/Assertividade na condução de equipes	Alunos Cadastrados na Plataforma RKS Cursos	40 horas

Atestamos ainda, que não constam em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem a conduta e responsabilidade da empresa contratada, quanto as obrigações assumidas.

Rio de Janeiro, 30 de Julho de 2021.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'O. P. P. P. P.', followed by a dotted line for a stamp or additional text.



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATHAR, PERÍCIA AUDITORIA E CONTABILIDADE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 18.524.977/0001-73, declara para fins e efeitos que se fizerem necessários que a empresa **COODERJ - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS DOCENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.538.337/0001-20, prestou satisfatoriamente e com regularidade o curso de “**Expressividade e Oratória**”, promovendo várias ações, no período de 20.07.2021 a 22.07.2021, conforme descrição e quantidades abaixo especificadas:

ESPECIFICAÇÃO	ALUNOS	CARGA HORÁRIA
Criação de roteiros, discursos e apresentações	08	18h

Rio de Janeiro, 17.08.2021





Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Conselho Nacional de Justiça - CNJ

[Visitante](#) [Sair](#)



Consulta de Pessoa(s)

Esfera:

.:Todos(as):.

Tipo pessoa: ☐ Ambos ☒ Jurídica ☐ Física

CPF/CNPJ:

38538337000120

 (Este campo só deve conter números)

Nome da Pessoa:

☐ Não sou um robô

reCAPTCHA
[Privacidade](#) - [Termos](#)

Pesquisar

Gerar Certidão Negativa

Nome Pessoa	CPF/CNPJ	Núm. Processo
-------------	----------	---------------

Nenhum Requerido encontrado.



Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Conselho Nacional de Justiça - CNJ

[Visitante](#) [Sair](#)



Consulta de Pessoa(s)

Esfera:

..:Todos(as):.

Tipo pessoa: ☐ Ambos ☐ Jurídica ☒ Física

CPF/CNPJ:

97743747700

 (Este campo só deve conter números)

Nome da Pessoa:

☐ Não sou um robô

reCAPTCHA
[Privacidade](#) - [Termos](#)

Pesquisar

Gerar Certidão Negativa

Nome Pessoa	CPF/CNPJ	Núm. Processo
Nenhum Requerido encontrado.		

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 38.538.337/0001-20

LIMPAR

Data da consulta: 23/08/2021 13:40:03
Data da última atualização: 21/08/2021 10:15:10

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 97743747700

LIMPAR

Data da consulta: 23/08/2021 13:40:03
Data da última atualização: 21/08/2021 10:15:10

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							